

CONJUNTURA

Conta de luz pode baixar 19,5%

Redução, segundo diretora da Aneel, deve ser provocada pela diminuição do ICMS incidente sobre energia elétrica e devolução de PIS/Cofins cobrado a mais nas faturas, além de repasses da Eletrobras para conta que regula tarifas

» MICHELLE PORTELA

O consumidor poderá ser beneficiado com uma redução média de 19,5% na conta de luz ainda neste ano, caso passem a vigor os projetos de lei que determinam o piso do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do crédito tributários de PIS/Cofins, que já foram aprovados pelo Congresso e enviados para sanção presidencial. Além disso, os recursos da privatização da Eletrobras também contribuirão para a redução das tarifas.

A estimativa foi apresentada pela diretora-geral substituta da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Camila Bomfim, em audiência pública, ontem, na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados. O indicador de 19,5% de redução corresponde cumulativamente a três iniciativas isoladas.

Uma diminuição média de 12% na tarifa é referente ao projeto que determina a aplicação do piso do ICMS, em geral 17% ou 18%, sobre a energia elétrica (PLP 18/22). "Na tarifa hoje paga pelo consumidor de energia elétrica, 30% são destinados para tributos federais e estaduais. Então essa medida contribui bastante para a efetiva redução de custo. É uma medida estrutural, e a gente já vem alertando sobre essa necessidade de diminuir a incidência de tributos sobre a energia elétrica há muitos anos", afirmou.

Já a redução de 5,2% nos reajustes de tarifa se deve à proposta que especifica os procedimentos para a Aneel devolver ao

consumidor, via tarifa de energia, os valores de PIS e Cofins recolhidos a mais pelas distribuidoras (PL 1280/22).

O projeto reflete decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que considerou inconstitucional incluir o ICMS na base de cálculo desses tributos. De acordo com dados da Aneel, dos R\$ 60,3 bilhões em créditos a devolver pela União às distribuidoras, R\$ 47,6 bilhões ainda não foram restituídos aos consumidores.

Ainda de acordo com Camila Bomfim, os principais fatores de pressão sobre as tarifas de energia dos últimos dois anos foram a pandemia de covid-19, o aumento da taxa de câmbio, a inflação, a crise de suprimento de combustíveis e a crise hídrica de 2021, que foi a pior dos últimos 91 anos.

Eletrobras

A privatização da Eletrobras trará ainda a redução de 2,3% nas contas de luz. Um aporte de R\$ 5 bilhões está previsto no processo de capitalização da estatal como repasse à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

A expectativa é que o valor seja repassado em agosto. No entanto, na última terça-feira, a secretária-executiva do Ministério de Minas e Energia, Marisete Pereira, afirmou que a transferência pode ocorrer até julho.

Além dos R\$ 5 bilhões deste ano, a capitalização da Eletrobras prevê que a companhia e suas subsidiárias façam novos aportes na CDE nos próximos anos. São esperados repasses de R\$ 32 bilhões.

Elaine Menke/Câmara dos Deputados



Camila Bomfim: pandemia, alta de combustíveis e crise hídrica pressionaram custos nos últimos anos

País perde capacidade de crescer

» ROSANA HESSEL

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirma que o Brasil está "decolando de novo", mas, na verdade, o país cresce muito pouco desde a recessão de 2015 e 2016 e, para piorar, os números do Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre de 2022 mostram que o economia perdeu a capacidade de crescer de forma sustentável.

Apesar da alta de 1% no PIB do primeiro trimestre, na comparação com o três meses anteriores, o potencial de crescimento do país passou para 0,4% no período, de acordo com dados da MB Associados. A consultoria

que prevê crescimento de 1% do PIB neste ano e de 0,5% em 2023, lembra que, entre 2010 e 2011, o PIB potencial era de 3,5%, mas recuou para 0,7% entre 2012 e 2022. "O PIB potencial baixou muito nos últimos anos e perdeu ainda mais força no atual governo", destacou o economista-chefe da MB, Sérgio Vale, em entrevista ao *Blog do Vicente*.

O PIB potencial é um importante indicador na metodologia do Banco Central (BC) para a condução da política monetária, pois é o termômetro que indica se a economia cresce acima ou abaixo da sua capacidade. Quando estiver crescendo acima do potencial, pode haver

pressão inflacionária e, com isso, o Comitê de Política Monetária (Copom), do BC, precisa elevar os juros.

De acordo com Vale, embora o país venha crescendo pouco, o encolhimento do PIB potencial tem ajudado a criar pressões inflacionárias, ao lado do choque de preços das commodities devido à guerra na Ucrânia.

"A saída da pandemia, que ajuda o setor de serviços, e o efeito das commodities, que impacta positivamente o interior, tem feito a economia crescer mais do que teria condições sem gerar pressões inflacionárias", destacou Vale em relatório divulgado ontem a clientes.

IFI revê estimativas

A Instituição Fiscal Independente (IFI) melhorou a previsão para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) deste ano, passando de 1% para 1,4%, mas, assim como a maioria dos agentes financeiros piorou as previsões para a inflação, conforme os dados do Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF), divulgado ontem. E a estimativa de crescimento para 2023 foi reduzida de 1% para 0,8%.

"Ao longo do segundo semestre, espera-se contração do PIB, dada a influência da política monetária mais restritiva e a desaceleração do crescimento mundial sobre o desempenho da economia. O baixo carregamento estatístico deixado pelo desempenho negativo do PIB no final de 2022 motivou um pequeno ajuste da estimativa para o crescimento do PIB em 2023 de 1% para 0,8%", destacou a entidade no relatório.

Pelas novas previsões da IFI, a alta do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deste ano será de 8,6% em vez de 7,9%, como previsto anteriormente pela entidade do Senado Federal responsável por monitorar as contas públicas.

A estimativa para o indicador da inflação oficial em 2023 foi elevada de 4% para 4,2%, devido à inércia inflacionária e à alta dos preços das commodities, que não dá trégua no cenário internacional. (RH)

Ampliação do teste do pezinho: um passo fundamental para o diagnóstico precoce de doenças raras

No Brasil, as doenças raras atingem cerca de 13 milhões de pessoas, segundo estima a Organização Mundial da Saúde (OMS). Para incentivar o diagnóstico precoce, há um ano, foi sancionada a lei que amplia o número de doenças que poderão ser diagnosticadas por meio de triagem neonatal no país — o famoso Teste do Pezinho —, passando de seis para 50. O novo teste está em vigor desde o dia 26 de maio. Na prática, porém, ainda existe muito a avançar no combate a esses quadros clínicos.

Para promover uma ampla discussão sobre o tema, convidamos especialistas e familiares de pacientes para analisarem o cenário e os principais desafios na implementação da AME no Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN).

Painel 1

O que é o teste do pezinho e o que representa a sua expansão para o diagnóstico das doenças raras

Painel 2

Quais os desafios da implementação da expansão do teste

21 de junho

às 14h30

Evento presencial e com transmissão ao vivo no site e redes sociais do Correio correio braziliense.com.br/cbforum



Local: Auditório Correio Braziliense
SIG Qd. 2, Lote 340 - Brasília/DF

Material destinado ao público leigo. Junho/2022 - © - Direitos reservados - Novartis Biociências S/A. Proibida a impressão e reprodução total ou parcial - BR-22273.

Inscrição gratuita



Moderadora:



Carmen Souza
Subeditora de Saúde
do Correio Braziliense

Convidados:



Dra. Carmela Grindler
(CRM SP-41322)
Coordenadora do Programa
Triagem Neonatal do SES/SP



Daniela Mendes
Superintendente-geral
do Instituto Jô Clemente



Dra. Tânia Bachega
(CRM SP-58954)
Presidente da SBTEIM



Antoine Souheil Daher
Presidente da Casa Hunter



Dr. Edmar Zanoteli
(CRM SP-68120)
Neurologista e Professor
de medicina da USP



Suhellen Oliveira
Mãe do Lorenzo e Levi
ambos com AME

Patrocínio

Realização